

SISTEMATIZAÇÃO DOS PAINÉIS “UM OLHAR PAULISTANO”

Este documento apresenta a agenda propositiva construída pelos participantes do *Seminário “10 anos da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – Avanços e Perspectivas”*, realizado no dia 15 de dezembro de 2016 na Escola Municipal de Educação Bilíngue para Surdos (EMEBS) Helen Keller e organizado pela Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida de São Paulo (SMPED).

No período da tarde, os participantes se dividiram em três painéis, com o objetivo de conversar sobre os avanços que gostariam de comemorar daqui a 10 anos, em relação à efetivação dos compromissos da Convenção no município. Ou seja, eles tinham como objetivo comum elencar as prioridades e desafios para a próxima década, nas seguintes áreas: 1) Mobilidade e Acessibilidade; 2) Saúde, Trabalho e Assistência Social; 3) Educação e Cultura.

A seguir listamos os participantes de cada painel e a apresentamos a sistematização do resultado do trabalho desses três grupos.

Painel 1 – Mobilidade e Acessibilidade

Participantes:

1. Ana Gilvanete Oliveira – Cuidadora geriátrica;
2. Cristiane Esteves de Andrade – Associação de Professores Surdos do Estado de São Paulo (APSSP) e Escola Municipal de Educação Bilíngue para Surdos (EMEBS) Pirituba;
3. Edson Pereira do Rosário – Fundação Dorina Nowill – Associação dos Deficientes Visuais Evangélicos do Brasil (ADEVEB);
4. Juliana Westmann Del Poente – Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida (SMPED);
5. Lilian Thais Ribeiro – Associação de Professores Surdos do Estado de São Paulo (APSSP);

6. Luis Carlos Lopes – Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida (SMPED);
7. Melize da Silva – Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida (SMPED);
8. Mila Guedes – Milalá;
9. Ney Katahara – Fundação Dorina Nowill;
10. Silvana Cambiaghi – Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras (SMSP) e Comissão Permanente de Acessibilidade (CPA);
11. Taís Rermão – Fundação Dorina Nowill.

Agenda propositiva:

URBANISMO:

- Transferir a gestão das calçadas para a Prefeitura;
- Ampliar e aperfeiçoar a fiscalização das calçadas;
- Investir em iluminação nas calçadas (e não só nas vias) para aumentar a segurança dos pedestres com baixa visão;
- Sinalização de vias e equipamentos públicos deve incorporar formatos acessíveis para os diferentes tipos de deficiência;
- Ampliar o investimento em recursos de georreferenciamento de equipamentos públicos, para facilitar a localização para pessoas com baixa visão e identificação de locais com acessibilidade;
- Incluir o olhar da acessibilidade nas ações de zeladoria da Prefeituras Regionais (Subprefeituras);
- Priorizar o pedestre nas ações da política de mobilidade urbana;
- Buscar fontes alternativas e permanentes de recursos para financiamento da acessibilidade nas calçadas (ex: CIDE).

EDIFICAÇÕES:

- Capacitar a Defesa Civil para o atendimento de pessoas com deficiência em situações de emergência, desastres naturais e calamidade pública, investindo no cadastramento desse público nas áreas de risco e no treinamento dos agentes;
- Fomentar o protagonismo da Prefeitura na proposição de normas de acessibilidade e maior participação nas comissões da ABNT.

TRANSPORTE:

- Rever o tempo de abertura e fechamento dos semáforos;
- Priorizar o pedestre nas ações da política de mobilidade urbana;
- Investir no desenvolvimento e adoção de aplicativos e recursos tecnológicos para aperfeiçoar o acesso ao transporte para pessoas com diferentes tipos de deficiência (ex: informações em formato acessível sobre itinerários e horários, sinalização para os condutores, entre outros).

ACESSO À TECNOLOGIA/INFORMAÇÃO:

- Aumentar a capacidade de atendimento da CIL e divulgar mais este serviço junto ao público e à máquina pública;
- Aperfeiçoar a acessibilidade dos sites públicos municipais.

ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL:

- Investir em recursos humanos e na capacitação dos agentes públicos para uso dos equipamentos e recursos de acessibilidade (ex: scanners e aparelhos para

acessibilidade nas bibliotecas adquiridos, mas sem uso por falta de pessoal treinado para operar);

- Democratizar o acesso à rede WiFi, sobretudo na periferia, facilitando acesso a recursos de acessibilidade;
- Garantir a acessibilidade nos documentos emitidos pela Prefeitura (IPTU, boletos, etc).
- Oferta de cursos públicos de Orientação e Mobilidade para cegos, pessoas com baixa visão e profissionais.

Painel 2 – Saúde, Trabalho e Assistência

Participantes:

1. Antonia Eleni Atsalakis - Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida (SMPED);
2. Claudete Dias da Silva – Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (SDTE);
3. Cláudia Regina Taccolini Manzoni – Secretaria Municipal de Saúde (SMS);
4. Isabela Araújo – sociedade civil;
5. Jesus Carlos Delgado Garcia - ITS Brasil e Associação Brasileira de Emprego Apoiado (ABEA);
6. Laila Sankari de Camargo Rosa - Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida (SMPED);
7. Luciene Redondo – Universidade Federal de São Paulo (Unifesp);
8. Maria Aparecida R. O. Gambôa – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS);
9. Maria Madalena Rodrigues Wu- Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS);
10. Marta de Almeida Machado - Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida (SMPED);

11. Monique Patrícia Garrido - Secretária Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida (SMPED);
12. Patrícia F. Guimarães – Secretária Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão de Osasco (SDTI);
13. Sandra Maria Vieira Tristão de Almeida - Secretária Municipal de Saúde (SMS);
14. Silvana Lucena dos Santos Drago - Secretária Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida (SMPED).

Agenda propositiva:

SAÚDE:

- Não retroceder: manutenção e, se possível, ampliação dos espaços coletivos de discussão (controle social);
- Consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS);
- Fomento das ações intersecretariais (saberes compartilhados) para o fortalecimento da atuação em rede nos territórios;
- Implementação de recursos terapêuticos (órteses, próteses e outros meios auxiliares de locomoção) por meio da ampliação da tabela do SUS, incluindo recursos ópticos e materiais para treino e mobilidade de pessoas com deficiência visual;
- Implantação da oficina ortopédica municipal;
- Educação permanente dos profissionais de saúde, incluindo acessibilidade atitudinal e comunicacional;
- Ampliação dos serviços de saúde nos territórios.

ASSISTÊNCIA SOCIAL:

- Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS);

- Fortalecimento da atuação em rede nos territórios – intersectorialidade e ações intersecretariais;
- Ampliação dos serviços e ações inclusivas/acessibilidade;
- Educação permanente dos profissionais de SMADS, incluindo acessibilidade atitudinal e comunicacional.

EMPREGABILIDADE:

- Levar a discussão do Emprego Apoiado a nível nacional (Política Pública EA);
- Propor a regulamentação da profissão de “Técnico de Emprego Apoiado”;
- Aumento da reserva de vagas para pessoas com deficiência no Pronatec.

Painel 3 – Educação e Cultura

Participantes:

1. Ana C. Domingues – Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência (CMPD);
2. Carlos Pires – Associação dos Deficientes Visuais Evangélicos do Brasil (ADEVEB);
3. Charlene K. Lemos – Secretaria Municipal de Cultura (SMC);
4. Clarissa Borourec de Paula – Educação Poá – SP;
5. Elias Paulino da Cunha Jr – Associação dos Professores Surdos do Estado de São Paulo (APSSP);
6. Fábio Siqueira – Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida (SMPED);
7. Gregório Sanches – Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM-SP);
8. Ika Fleury – Fundação Dorina Nowill para Cegos;
9. José Mauro Fagundes de Sousa – Associação de Professores Surdos do Estado de São Paulo (APSSP);
10. Lígia Zamaro – Serviço Social do Comércio (SESC-SP/Acessibilidade);

11. Luciana M. Sakamoto – Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida (SMPED);
12. Magaly de Lourdes Sera Monteiro Dedino – Escola Municipal de Ensino Bilíngue para Surdos (EMEBS) Hellen Keller;
13. Maria Aparecida de Oliveira – Educação Alto Tietê;
14. Mônica Conforto Gregalaka – Escola Municipal de Ensino Bilíngue para Surdos (EMEBS) Hellen Keller;
15. Neivaldo Zovico – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS)
;
16. Octávio Weber - Serviço Social do Comércio (SESC-SP/Acessibilidade);
17. Priscilla Miranda – CEFAI (Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão) – DRE (Diretoria Regional de Ensino) Ipiranga;
18. Renata Borba – Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida (SMPED);
19. Renata Garcia – Secretaria Municipal de Educação (SME);
20. Sandra R. Farah Azzi – Escola Municipal de Ensino Bilíngue para Surdos (EMEBS) Hellen Keller.
21. Silvana da Silva – Escola Municipal de Ensino Bilíngue para Surdos (EMEBS) Helen Keller;
22. Thaís Brianezi – Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida (SMPED);
23. Thaisy Payo Vaquero – Instrutora de Libras AR.

Agenda propositiva:

POLÍTICAS PÚBLICAS TRANSVERSAIS:

- Fortalecer parcerias intersetoriais e ações transversais;
- Fomentar redes entre equipamentos públicos e parcerias entre governo e sociedade nos territórios;

- Aumentar a troca de experiências e o diálogo para construção de políticas públicas, valorizando os talentos da própria rede municipal de Educação e Cultura;
- Mais do que criar novas leis, cumprir as que já existem;
- Aumentar a integração (ponte) entre trabalho e educação;
- Garantir a continuidade das políticas públicas, inclusive na alternância de partidos na gestão;
- Fazer cumprir cotas nos concursos públicos da Administração Municipal, garantindo ingresso e permanência de profissionais com deficiência na Educação e Cultura. Isso passa também pela construção de processos seletivos que verdadeiramente incluam os surdos (o peso dado à Língua Portuguesa, por exemplo, tende a prejudicá-los) e por mudar o paradigma das perícias médicas (geralmente focadas nas limitações, não nas potencialidades do profissional).

FORMAÇÃO:

- Investir em formação permanente para atendimento inclusivo nos equipamentos públicos;
- Estruturar programas de formação permanente para inclusão de pessoas com deficiência na cultura (tanto como público quanto como artista);
- Oferecer programas de formação relacionados à inclusão de pessoas com deficiência também para programadores e produtores culturais;
- Ter programas de formação permanente em educação inclusiva para educadores e gestores (a direção pode fazer a diferença);
- Investir na formação de articuladores sociais.

ACESSIBILIDADE:

- Investir em acessibilidade arquitetônica nos equipamentos públicos (há 400 escolas diretas que ainda não são acessíveis);

- Quebrar barreiras atitudinais que dificultam o pleno acesso a serviços e políticas públicas;
- Garantir acessibilidade comunicacional nos serviços e políticas públicas;
- Estabelecer cota para contratação de intérpretes de Libras e profissionais de audiodescrição para atendimento nos diversos equipamentos públicos;
- Cumprir a Instrução Normativa 128/2016 da Agência Nacional do Cinema (Ancine).

GESTÃO DAS POLÍTICAS CULTURAIS:

- Fortalecer institucionalmente a inclusão de pessoas com deficiência na Secretaria Municipal de Cultura;
- Fomentar o protagonismo cultural das pessoas com deficiência, inclusive por meio do estabelecimento de cotas nos editais de fomento;
- Incentivar a criação de projetos de arte e cultura acessíveis em sua natureza, especificando melhor (inclusive nos editais de fomento) os princípios e requisitos de acessibilidade;
- Experimentar e vivenciar diferentes abordagens na mediação cultural (interface entre cultura e educação) para diferentes públicos (ofertar programas de formação de público verdadeiramente inclusivos);
- Apropriar-se de e cobrar a execução do Plano Municipal de Cultura;
- Valorizar a Libras como segunda língua oficial do Brasil, dando visibilidade a ela inclusive no Museu da Língua Portuguesa.

GESTÃO ESCOLAR:

- Garantir a permanência dos estudantes com deficiência na escola com qualidade, para além da matrícula;

- Que a inclusão de estudantes com deficiência seja vista como missão e responsabilidade de toda a escola, não apenas de profissionais específicos (especialistas);
- Manter os profissionais de Apoio de Vida Escolar (AVEs) nas escolas, mas oferecer suporte com vistas à promoção da autonomia (não como tutela);
- Investir ainda mais na rede de proteção (para além dos muros da escola), ouvindo a família de perto;
- Garantir a oferta de material didático acessível no tempo certo (no início do ano letivo);
- Fortalecer a educação inclusiva no Ensino Médio;
- Valorizar o Braille (as tecnologias assistivas mais modernas não o substituem; ele é fundamental, por exemplo, para o processo de alfabetização);
- Garantir orçamento para educação inclusiva, apesar da aprovação da Emenda Constitucional que estabeleceu teto para os gastos públicos nos próximos 20 anos.

EDUCAÇÃO BILÍNGÜE (LIBRAS):

- Oferecer Ensino Médio bilíngüe (Libras);
- Manter e fortalecer as Escolas Municipais de Ensino Bilíngüe para Surdos (EMEBS);
- Investir em formação lingüística em Libras (não basta o educador saber o básico, ele precisa estar apto a ensinar em Libras também outras disciplinas).

CURRÍCULO E AVALIAÇÃO:

- Construir currículo significativo para todos, oferecendo percursos de aprendizagem flexíveis e inclusivos (também no Ensino Médio e na Educação de Jovens e Adultos - EJA);
- Investir em formação cidadã desde a educação infantil;



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
PESSOA COM DEFICIÊNCIA
E MOBILIDADE REDUZIDA

- Construir processos de avaliação condizentes com o currículo, validando a certificação de habilidades e competências.